

ASSESSORIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Processo Administrativo nº 23602/2019-4

Interessado: Associação Cearense do Ministério Público – ACMP

DECISÃO

Cuida-se de processo administrativo deflagrado a partir de requerimento formulado pela Associação Cearense do Ministério Público – ACMP, por meio do qual em nome e sob autorização de diversos membros Ministeriais requestou pelo pagamento retroativo de diárias referente ao respectivo deslocamento para participação nas aulas do Curso de Formação realizado nesta Capital, por ocasião dos seus ingressos na carreira, a partir do ano de 2014.

O pedido foi apreciado e devidamente deferido por este subscritor, porém, em relação aos membros Ministeriais João Eder Lins dos Santos e Cláudio Chaves Arruda, o deferimento ficou condicionado à apresentação de documentação que comprove suas efetivas participações em Curso de Vitaliciamento promovido pela ESMP.

Desta feita, os autos foram encaminhados à ESMP, a qual trouxe informações atualizadas, nestes termos:

Na data de ontem, o Promotor de Justiça João Eder Lins dos Santos entrou em contato com esta subscritora informando que seu nome se encontrava equivocado no pedido feito pela ACMP (João Elder).

Com efeito, o nome do referido membro não se encontrava no rol da convocação do Edital 28/2014; de toda forma, a consulta de frequência efetuada por nome não localizou, evidentemente, o nome João Elder. Agora, solucionado o equívoco, localizamos no sistema o histórico de presença individual correto (João Eder), o qual encaminhamos em anexo, para os devidos fins.

Em relação à presença do Promotor de Justiça Cláudio Chaves Arruda, que tomou posse no dia 24 de abril do corrente, sua frequência aos módulos será apresentada tão logo findem as atividades a ele designadas, uma vez que seu curso de vitaliciamento ainda se encontra em andamento, em formato de visitas e aulas práticas nos diversos setores da administração, e a frequência às atividades nos é remetida pelos responsáveis de cada setor.

Nesse contexto, percebe-se que, a nova informação ora apresentada garante ao ilustre Promotor de Justiça João Eder Lins dos Santos a extensão dos efeitos do que restara decidido anteriormente por este subscritor, enquanto que em relação ao eminente Cláudio Chaves Arruda

ASSESSORIA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

permanece o deferimento condicionado à conclusão de sua frequência aos módulos atinentes ao Curso de Formação que está em andamento.

Por todo o exposto, determino a extensão dos efeitos da decisão que concedeu diárias aos membros Ministeriais que participaram do curso de vitaliciamento ao Sr. João Eder Lins dos Santos.

Expedientes necessários a cargo da Secretaria de Recursos Humanos.

Empós, arquivem-se os autos.

Fortaleza, 19 de dezembro de 2019.

PLÁCIDO BARROSO RIOS
Procurador-Geral de Justiça